



# TOC são responsáveis por 98 por cento das receitas públicas do Estado

Por Nuno Dias da Silva / Roberto Ferreira

**Domingues de Azevedo destaca o contributo da Câmara e dos profissionais no processo de simplificação fiscal em curso e defende a presença de TOC na Administração Pública, como auxiliares dos decisores. O presidente da CTOC revela ainda que a grande aposta para 2007 vai centrar-se na vertente de apoio e solidariedade social à classe.**



António Domingues de Azevedo nasceu em 1950, em Vila Nova de Famalicão, onde mantém residência. Técnico Oficial de Contas e gestor de empresas de contabilidade e fiscalidade, foi deputado à Assembleia da República durante três mandatos, tendo feito sempre parte da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças. Autor do projecto-lei que regulamentou a profissão de TOC. Vice-presidente e presidente da Comissão Instaladora da ATOC. É presidente da Direcção da CTOC desde 1999.

Em ano de eleições, o presidente da CTOC não revela se é candidato, mas incita a que surjam «várias listas concorrentes» ao acto eleitoral. Domingues de Azevedo salienta a importância dos projectos «Casa do TOC» e do fundo de pensões para reforçar o espírito de coesão profissional e anuncia para breve a abertura da representação de Vila Real, bem como a «internacionalização» da instituição. Aos políticos que minorizam a capacidade da classe no normal funcionamento da economia nacional, o responsável da CTOC deixa o aviso: «Só quem não conhece o País é que menospreza a capacidade dinâmica e de resolução que os profissionais têm na sociedade».

**TOC - O ano que terminou foi repleto de realizações por ter coincidido com o 10.º aniversário, com particular destaque para o II Congresso dos TOC e a inauguração da nova sede. Qual é a estratégia definida para 2007?**

**Domingues de Azevedo** – Uma instituição de regulação profissional como a nossa tem o desafio permanente de dar resposta aos problemas e expectativas dos seus membros. Como tal, a CTOC nunca pode ser uma entidade passiva. A Direcção já aprovou a realização, na Primavera, de uma conferência

internacional que deverá ter lugar em três cidades, dedicada a temas de especial interesse para os membros. Todavia, a maior aposta para 2007 será na vertente de apoio e solidariedade social. Tratando-se de uma profissão jovem, existem notórias dificuldades de criação de espírito de classe profissional. Tentaremos imprimir uma dinâmica de coesão que tem faltado. No fundo, vamos «mexer» em questões relacionadas com o futuro e a qualidade de vida de todos os membros.

**TOC - A CTOC não está a substituir-se a outras entidades que deviam garantir as condições mínimas de dignidade das pessoas?**

**D.A.** – Não queremos substituir ninguém, mas é patente a incapacidade dos Estados, em geral, de dar resposta a questões que no passado se resolviam com facilidade. A CTOC não tem uma vocação de misericórdia ou assistencial mas, uma vez que lida com seres humanos, deve assegurar preocupações de solidariedade profissional e evitar a todo o custo que se criem guetos de sobrevivência humana. As verbas que vão ser canalizadas para os projectos provêm de excedentes de gestão que, assim, retornam aos membros. A «Casa do TOC» e o seguro de saúde vêm no seguimento do fundo de pensões dos TOC lançado em 2005.

**TOC - A «Casa do TOC» é o ponto alto de um leque de medidas de âmbito social?**

D.A. - É um projecto no qual estamos muito empenhados. Mas existem dúvidas sobre esta iniciativa que importa esclarecer. Não queremos, de modo algum, que a «Casa do TOC» seja entendida como uma «antecâmara da morte» ou um lar onde se depositam as pessoas. Queremos que seja um espaço de encontro e de convívio, muito para além do conceito de lar tradicional, onde as pessoas se sintam úteis, independentemente da idade.

**TOC - Qual é o prazo previsto para a conclusão da «Casa do TOC»?**

D.A. - A CTOC não se quer precipitar e concluir de forma apressada um projecto para o qual está planeado um elevado investimento. Este projecto não é para concluir em dois, três ou cinco anos. A «Casa do TOC» deverá crescer por módulos no sentido de responder gradualmente às questões e anseios dos membros. Por exemplo, é possível introduzir na futura infra-estrutura uma valência relacionada com as artes, a cultura, a literatura, etc. Outra preocupação que temos é a sustentação jurídica subjacente à «Casa do TOC» que terá de estar sempre ligada umbilicalmente à Câmara, de modo a que os seus utilizadores possam pedir responsabilidades à Direcção.

**TOC - Lisboa e Porto são os locais previstos para as duas infra-estruturas?**

D.A. - Temos um total de 500 mil euros disponíveis para adquirir terrenos no Porto e em Lisboa, mas se não aparecer uma solução satisfatória em termos de qualidade e de localização, não nos precipitaremos. O que queremos é que a solução escolhida perdure por décadas. Estou certo que os membros serão sensíveis a este nosso esforço.

**«Fundo» dos TOC será dos mais prestigiados**

**TOC - A quota mensal sofreu uma actualização em Janeiro. Sente que os membros acham que os 12 euros são bem aplicados?**

D.A. - Não tenho dúvidas. A CTOC é um fenómeno sem paralelo na história do associativismo público português, tendo em conta a ascensão rápida e sustentada que efectuou. Tivemos a virtude, ao contrário de outros, de arranjar argumentos para trazer para a nossa Instituição pessoas que, não exercendo a profissão, sentem orgulho em estarem aqui inscritas e reconhecem as contrapartidas que obtêm do pagamento da sua quota. Sintomático disso é que temos 32 mil membros que exercem a profissão, mas, segundo números de 2 de Janeiro, temos 75 767 inscritos. Esta realidade permite-nos dispor de um poder financeiro e negocial muito apreciável, para bem dos membros.

**TOC - O segredo desta adesão está na vasta gama de produtos que a Instituição disponibiliza?**

D.A. - A nossa mais-valia reside na qualidade e ordenação da informação, quer através das revistas, quer do CD-ROM e de outros meios que dispomos. São inúmeras as ferramentas ao alcance do membro, seja ele director financeiro, professor de Contabilidade, funcionário da Administração Fiscal ou revisor oficial de contas. Ou seja, pessoas que, mesmo não assinando contabilidades, têm necessidade de socorrer-se das potencialidades das nossas ferramentas. Se os membros tivessem necessidade de adquirir a informação no mercado, pagariam muito mais do que os 12 euros de quota. Não conheço outra instituição que cobre uma quota tão reduzida, ainda para mais com o volume de informação que oferecemos.

**TOC - O fundo de pensões do TOC foi uma aposta ganha?**

D.A. - Em boa hora apostámos nesta iniciativa. É uma espécie de «guarda-chuva», que procura colocar os TOC a coberto de qualquer percalço no futuro. Julgamos que no prazo de 10 a 20 anos, este fundo, que recebeu, até agora, as verbas canalizadas por cerca de seis mil membros, possa garantir um retorno de pensão que seja a complementaridade dos sis-

Entrevista





Os TOC na Administração Pública seriam o melhor auxiliar de ministros, presidentes de câmara ou directores gerais, no rigoroso cumprimento da sua missão.

**L** temas públicos de Segurança Social. Este fundo ainda tem muito potencial para crescer. Basta os membros perderem uma certa desconfiança que têm pelo que desconhecem. Quando isso suceder, o fundo de pensões dos TOC será um dos mais prestigiados a nível nacional.

**TOC - A promessa de ter uma representação permanente da CTOC em Trás-os-Montes vai ser uma realidade no novo ano?**

**D.A. -** A promessa será uma realidade e já estamos a efectuar as necessárias diligências nesse sentido. Com a abertura da representação de Vila Real, o território nacional fica coberto de forma equilibrada. Em Lisboa e Porto, são abrangidas zonas onde residem ou trabalham, 80 por cento dos TOC. Depois temos Setúbal, Faro, Braga, Aveiro, Coimbra, Leiria e Santarém, em regiões próximas dos grandes centros e, finalmente, Vila Real, completará, depois de Castelo Branco e Viseu, a rede que idealizamos para o interior, sem esquecer as Regiões Autónomas. Os membros têm de compreender que não é possível abrir uma in-

fra-estrutura desta natureza, com custos de aquisição e fixos elevados, em cada distrito, até porque alguns não têm mais do que cinco centenas de profissionais.

**TOC - O modelo das reuniões das quartas-feiras livres vai sofrer alterações?**

**D.A. -** As reuniões livres vão continuar a existir mas podem surgir alterações no seu modelo de funcionamento. Será que os TOC desejam essas acções à quarta-feira? Será que preferem outro dia?

**Queremos profissionais participativos e dinâmicos**

**TOC - Tem notado alguns sintomas de amorfismo por parte de alguns profissionais?**

**D.A. -** Há muito que tenho afirmado que é preciso mudar comportamentos. Infelizmente, muitos TOC preferem acomodar-se e ter as coisas já feitas, em vez de lutar por elas. O profissional do futuro deverá ter autoridade de pensamento, conhecer, re-

flectir, analisar e, se possível, criticar. Queremos TOC participativos e dinâmicos, em detrimento de membros passivos e meros receptores de informação.

É também preciso perspectivar a estrutura conceptual de formação da profissão numa óptica de independência, que ainda não temos. Dito por outras palavras, a estrutura vigente sofre alguma dependência relativamente ao pensamento da Administração Fiscal. Isto faz com que o TOC fique vinculado à interpretação que a AF faz da lei. Mas quem é que garante que o fisco está a fazer a leitura correcta?

**TOC - Para quando é possível que uma classe profissional ainda jovem atinja a maturidade?**

**D.A. -** Não podemos ter a pretensão de mudar tudo do dia para a noite. Os padrões de qualidade estão a evoluir e com eles a mentalidade. Pessoas com responsabilidade ao nível da Administração Fiscal têm-me transmitido que as reclamações graciosas que são feitas, quase na totalidade, pelos TOC, estão hoje melhor articuladas e com uma decorrência lógica de raciocínio e transparência de exposição completamente diferente da que existia no passado. É só um exemplo.

**TOC - A profissão de TOC é das que mais actualização e formação contínua exige. A Fiscalidade ganhou um espaço e uma importância que não tinha...**

**D.A. -** A Fiscalidade era um tabu. Por necessidade de arrecadar verbas para os cofres públicos, o Estado obriga a falar e a saber de Fiscalidade. Os estabelecimentos de ensino que se dedicam a leccionar Contabilidade têm de perceber uma coisa de uma vez por todas: sem prejuízo da Contabilidade enquanto ciência autónoma, esta só tem a ganhar se fizer o percurso de mãos dadas com a Fiscalidade. As universidades e os próprios TOC têm de passar a olhar a Fiscalidade com outros olhos, porque se trata, ao contrário do que pensam, mais de uma questão económica do que do âmbito do Direito.

**TOC - O que muda na profissão com Bolonha?**

**D.A. -** A introdução de Bolonha vai permitir esclarecer dúvidas que subsistem. É evidente que esta realidade vai trazer-nos o desmerecimento de alguns critérios de natureza académica que até hoje seleccionávamos para fazer imperar critérios de natureza profissional. A CTOC está a conduzir este processo com muito cuidado, de forma a envolver universidades e alunos, e a atenuar os efeitos negativos que o «Processo de Bolonha» possa vir a trazer.

**Internacionalização em curso**

**TOC - O Controlo de Qualidade levantou alguns temores. Que balanço faz?**

**D.A. -** As pessoas temem tudo o que é novo. Temos bons profissionais, alguns mesmo até excelentes e outros, poucos, menos interessados em padrões qualitativos elevados. Creio que o Controlo de Qualidade permitirá melhorar a excelência dos recursos humanos e proteger os membros que cumprem as regras. Estamos a lançar este projecto com a máxima cautela e de forma gradual, mas acredito que terá um papel central na profissão, em matérias tão diversas como, por exemplo, os honorários.





**TOC - 2007 será o ano de afirmação internacional da CTOC?**

D. A. – A nossa internacionalização será uma realidade. Está para breve a inscrição na FEE (Federation des Experts Comptables Européens) e no IASB (International Accounting Standards Board), os organismos mais representativos da profissão. Estamos também a estudar as condições de inscrição na European Federation Accounts, com sede na Suécia.

**TOC - Como reage aos membros que, na última Assembleia Geral, reclamaram mais debate sobre a profissão?**

D.A. – Trata-se de uma falsa questão. Se há tanta necessidade de debate, por que é que só intervieram três pessoas na Assembleia Geral? Os membros, em geral, entendem que estão a ser protegidos no exercício da sua profissão. As pessoas não discutem e quando o fazem, preferem abordar os seus próprios e pequenos problemas. Seria necessário mais participantes e com argumentos mais fortes e consistentes, subordinados a questões de natureza estratégica e de orientação.

**TOC - Tem sido reconhecido o mérito da CTOC e os seus esforços para «facilitar» a vida aos membros, como por exemplo através do êxito da desmaterialização das declarações fiscais?**

D. A. – Em Portugal, quando as coisas correm bem, não faltam «pescoços de girafa» à procura das coroas de louros. Quando as coisas correm mal, ninguém é responsável. Mas é preciso dizer que parte da evolução operada no plano da Contabilidade e da Fiscalidade, se deve aos TOC, que demonstraram aos que duvidavam, que era possível ser diferente e ousado. Esta classe, a que no passado chamavam «rasca», é responsável por cerca de 98 por cento das receitas públicas do Estado.

**TOC - A CTOC tem sido um parceiro do Governo no esforço de simplificação burocrática e**

**fiscal. Depois da desmaterialização, está na forja o IES. Que mais-valias terá para os TOC?**

D.A. – O Simplex tem a marca da Câmara. Em 1999, solicitámos uma reunião na qual estiveram presentes a DGITA, a DGCI, o Banco Portugal e o INE, no sentido de encontrar uma declaração única que respondesse a todas as entidades. Ao tempo, não cabia o depósito de contas, mas tínhamos a ideia que o



processo em curso pecava por excessiva repetição. Esse grupo de trabalho dissolveu-se e o projecto não teve continuidade. Contudo, o tema foi retomado mais recentemente e sugerimos que o depósito de contas fosse incluído nesta reforma chamada Simplex. A nossa ideia teve um bom acolhimento do Ministério da Justiça, que tem sido um dos motores de grande dinamismo.

#### **TOC - A simplificação fiscal vai no rumo certo?**

D.A. – Temos assistido a uma revolução nos métodos tradicionais que se tem caracterizado pela eliminação de intervenções excedentárias. Hoje, uma sociedade pode ser constituída e dissolvida sem intervenção de um advogado ou de um notário. Depositamos também muitas esperanças no IES, pois passaremos a ter “4 em 1”: as empresas enviam a informação anual para o Ministério das Finanças e esta será desagregada para poder responder às exigências do Intrastat, Banco Portugal, INE e do depósito de contas.

#### **TOC - Existe uma cooperação mais estreita entre o poder político e a CTOC?**

D.A. – Ainda há pouco tempo alguns responsáveis políticos teimavam em não compreender a realidade dos TOC, entendendo-os quase sempre, depreciativamente, como «o contabilista», aquele que estava no fundo da tabela. Esta conceptualização contribuía para a menorização do papel dos TOC. Hoje é muito diferente. Há cooperação.

#### **TOC - O que é que aconteceu para os políticos passarem a olhar a classe com outros olhos?**

D.A. – Este Governo demonstrou muita inteligência e socorreu-se dos TOC para diminuir o incumprimento fiscal, envolvendo-nos no processo. Só quem não conhece o país é que menospreza a capacidade dinâmica que os profissionais têm na sociedade. Não nos es-

queçamos que 97,7 por cento das empresas nacionais são pequenas ou médias e cabe precisamente ao TOC a sua assistência. Se queremos ter um país a funcionar, qualquer Executivo, seja ele de direita ou de esquerda, que tenha preocupações de natureza social, não pode negligenciar a nossa colaboração.

#### **TOC - Para quando os TOC na Administração Pública?**

D.A. – Tenho pena que o Estado e os políticos continuem fechados na velha concepção de política e não entendam que uma boa organização é o melhor auxiliar que podem ter no desempenho do seu trabalho diário. Um ministro que disponha de uma boa contabilidade nos seus serviços terá mais facilidade em avaliar permanentemente o nível de desvios em relação ao orçamento inicial, introduzindo alguma análise crítica. A Contabilidade é o melhor auxiliar para qualquer gestor. Infelizmente, há uma certa desconfiança na Administração Pública que pensa que as novas tecnologias vão fazer perigar direitos adquiridos. Bem pelo contrário, vão consolidá-los. Quando esta mentalidade for derrubada, teremos os TOC na contabilidade pública e o desleixo, vai, por fim, acabar. Se a Administração Pública gere o que é de todos, deve seguir um processo rigoroso e selectivo. Os TOC na Administração Pública seriam o melhor auxiliar de ministros, presidentes de câmara ou directores-gerais, no rigoroso cumprimento da sua missão.

#### **TOC - Como qualifica o actual relacionamento entre a CTOC e a Administração Fiscal?**

D.A. – Mantemos boas relações, mas é preciso ressaltar que o normal relacionamento entre as duas entidades não pressupõe abusos por parte de ninguém. Só se compreende esse relacionamento numa óptica do Direito e igualdade de participação e comportamentos.

# Entrevista



**TOC - Ainda subsistem manifestações de prepotência por parte do fisco e da Segurança Social?**

D.A. – Para haver prepotência teria de haver intencionalidade, e isso não tem existido. Creio que em muitos casos estamos perante desconhecimento de causa ou entraves resultantes de concepção de funcionamento da nossa Fiscalidade. Por exemplo, um tributo, quando é contestado, não devia ser dado como líquido. O nosso sistema diz que uma vez liquidado, o tributo é devido e, não podendo pagar, presta uma garantia bancária. Que lógica é que tem eu prestar uma garantia bancária na sequência de um erro cometido por um funcionário?



**Espero que surjam várias listas candidatas**

**TOC - Seis meses depois de ter sido publicada a lista dos devedores ao fisco e Segurança Social, que balanço faz?**

D.A. – O ex-ministro das Finanças, o malogrado professor Sousa Franco, perguntou-me um dia o que teria mais impacto ao nível do cumprimento fiscal. Respondi-lhe que o ponto-chave reside no horror que os prevaricadores têm em ser descobertos. A publicitação das dívidas mais não é do que a censura social dos incumpridores. Saúde que tenha sido criada uma ambiência que desmobiliza comportamentos à margem da lei. O cidadão incumpridor não ousará pisar o risco.

**TOC - Mas o Estado, em certas situações, não pratica a moral de “Frei Tomás”?**

D.A. – A relação entre Estado e cidadãos deve evoluir para uma maior igualdade e para uma maior clarificação. Já devia ter surgido uma lei que enquadrasse situações que permitisse um encontro directo de contas entre o Estado e o sujeito passivo.

**TOC – 2007 é ano de eleições. Vai recandidatar-se em Dezembro?**

D.A. – Ainda é cedo para tomar uma decisão. Espero que surjam várias listas e que sejam suscitadas ideias e debates, desde que as pessoas intervenham na luta eleitoral de boa fé e desprovidas de maledicência ou baixa política. Se vir que existe uma alternativa credível que não faça perigar o projecto desenvolvido até agora, admito retirar-me. O que me tranquiliza é que esta Instituição conseguiu um rumo e um ritmo que dificilmente serão contrariados. Por isso, seja quem for que assuma a gestão da CTOC, não pode modificar substancialmente o caminho e os princípios traçados até aqui. Os membros reagiriam de forma contundente aos que ousassem fazer isso. ★